

# A COMPLEXIDADE NA CONSTRUÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS SOCIAIS

## INTRODUÇÃO

Em minha experiência com projetos sociais, considero como um grande desafio ao construir e acompanhar os projetos, a abertura de visão para perceber o todo, a dinâmica das relações e os diferentes tempos que os processos apresentam para as transformações sociais.

Desenvolvemos projetos com a perspectiva da economia solidária, sendo que o processo de conquista de reconhecimento político e de políticas públicas para a economia solidária teve um salto de qualidade em 2003, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Este Fórum define que a economia solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida. O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humana e não o capital dinheiro e sua propriedade, sob qualquer de suas formas. Representa práticas fundadas em relações de colaboração solidárias, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza

em geral e de capital em particular. Busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.

Além disso, objetiva acima de tudo um projeto voltado para a qualidade de vida e de consumo o que requer sentimentos e atitudes que estimulem a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial, sendo que a eficiência não pode se limitar aos benefícios materiais de um empreendimento, mas também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema. É um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana Este Fórum define como princípios gerais da Economia Solidária:

“A valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; os valores da cooperação e da solidariedade” (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003).

Para o êxito de um projeto, é fundamental o “mergulho” na comunidade e construir coletivamente a proposta que será implementada.

Apresento a seguir, alguns conceitos, para esta construção:

## DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

O campo da temática da libertação pode ser situada na realidade sócio-cultural e econômica das comunidades com as quais trabalhamos. Violência, fome, abandono, morte, drogadição, alcoolismo, desamor, desemprego, doença, condições de vida insalubres e lixo..., são algumas das circunstâncias concretas que engendram o cotidiano dos moradores da comunidade, fatos que se configuram em tessituras de uma rede complexa, que parece fechar-se sobre si mesma. Evidenciam-se nestas experiências, a dureza e a luta do viver e do sobreviver, a falta de oportunidades para o desenvolvimento e de assistência para superar as problemáticas, gerando comumente relações de violência e insegurança.

Essas problemáticas comumente se apresentam com tal complexidade que parecem, em primeira instância, constituir-se como um nó que dificilmente se deixa desatar. Por onde começar a puxar o fio que desemaranha esse nó e iniciar algum processo de mudança? (Pinho, Ana Maria Melo, pág 44)

Para a construção de um projeto social, é imprescindível perceber esta rede de interações, definida por GOES como análise e vivência da comunidade, conforme abaixo:

A vida coletiva, em um determinado grupamento social, no caso, a comunidade, implica a existência de um modo de vida próprio, um modo de atribuir significados à realidade, de interagir entre as pessoas, de construir as instituições, enfim, de realizar um cotidiano dentro de uma lógica social, afetiva e simbólica, consciente ou não. Nele se incluem facetas próprias da sociedade de consumo e comuns a toda população, como também formas particulares de viver, consumir, desfrutar e trabalhar decorrentes da cultura da pobreza que, entre outras características, incentiva o pobre a querer imitar os que os exploram e/ou mesmo fazer alianças com eles, como os cabos eleitorais, os capan-

gas e as lideranças profissionalizadas e setorializadas pelas políticas públicas.

O modo de vida da comunidade revela um viver em permanente construção e serve de matriz ideológica e psicológica para a formação de cada morador, além de base orientadora e técnica para suas atividades, sejam comunitárias ou não, sejam externas ou internas à comunidade. Dentre essas atividades individuais e coletivas, para nós, a principal é a atividade em favor da vida comunitária e que, por isso, a denominamos de atividade comunitária, quer dizer, um sistema de interações humanas (instrumentais e comunicativas) engendrado no modo de vida do lugar/comunidade no sentido da construção dos moradores como sujeitos do seu mundo e da vida em comunidade.

Partimos do princípio de que toda área de moradia e convivência, urbana ou rural, contém atividades comunitária por mais simples e específicas que sejam, as quais podem crescer e constituir um tecido comunitário vivo e ativo, integrado e com forte sentimento de identificação com o lugar. Essa atividade, em nosso entender, constitui o lugar central de análise, de vivência e de atuação do profissional na comunidade, pois fornece um corpo de informações relativas aos moradores e aos profissionais, relevantes para a compreensão de suas vidas e da própria comunidade. Ela é o fator-chave no processo de facilitação da vida comunitária, no qual profissional e moradores atuam em conjunto, seguindo linhas de ação, vivência, reflexão, diálogo e amizade.

Analisando e vivenciando a atividade comunitária, chegaremos a conhecer não só o processo social e econômico do lugar, como também o que pensam os moradores, o que sentem e o que fazem no dia-a-dia com relação a si mesmo e aos outros. Desse modo, podemos compreender as condições externas e internas que fazem ou que impedem o morador de se desenvolver como sujeito de sua própria história e da história da sua comunidade.

A análise da atividade constitui o ponto decisivo e método principal do conhecimento científico do reflexo psíquico da consciência. No estudo das formas da consciência social está a análise da vida cotidiana da sociedade, das formas de produção próprias desta e do sistema de relações sociais; no estudo de psique individual está a análise da atividade e dos indivíduos nas condições sociais dadas e nas circunstâncias concretas que lhes tem tocado ( Leontiev,1976,p.17).

É necessária a inserção tanto observacional e analítica como vivencial, com profundidade e compromisso comunitário para, junto com os moradores, definir caminhos de pesquisa e de transformação social. A análise nos permite distanciamento crítico da comunidade e de nós mesmos, e a vivência nos faz entrar sensível e emocionalmente no lugar, identificar-nos com ele, levando-nos a sentir a realidade social profunda acontecendo na vida de cada morador em seu cotidiano de luta, sofrimento e esperança.

Na perspectiva da complexidade, a realidade é um todo complexo, significa que vivemos dentro de um holos, e esse holos é interligado dentro de uma dinâmica complexa de relações e de interações, em uma constante formação e retroalimentação de uma rede, que em alguns momentos é instável, porque ela não permanece sempre da mesma forma. O movimento instável tem ondas, fluxos, onde ora está ativo, ora mais lento, ora vai estar incerto na perspectiva de que não há uma verdade absoluta e nem há a certeza na visão complexa. O fenômeno nos diz que as coisas não podem mais serem percebidas e compreendidas de um modo estável” começou assim e eu posso dizer que vai terminar deste jeito”. Na visão complexa de mundo, todos estão em rede. Mudanças mínimas iniciais podem mudar o fluxo natural das coisas, podem modificar o fluxo, alternando ou refazendo a rede, destruindo ou criando uma nova forma. Essa instabilidade gera um movimento contínuo entre equilíbrio e desequilíbrio. Há

uma transformação constante dentro de uma estrutura múltipla, de múltiplos laços. Embora não se tenha a consciência, embora algumas pessoas não possam ter a dimensão desta visão complexa, o fenômeno existe e é construído continuamente dentro de um tempo cronológico, que vai alternando e criando noutras possibilidades a toda hora, são vários laços que são alimentados uns pelos outros, tornando-se vivo, numa espiral evolucionária. (Andrade Cassia Regina, pág 46))

Para esta análise do dia-a-dia das comunidades, utilizamos o círculo de cultura, definido por Goes conforme abaixo:

Processo de grupo popular desenvolvido por Paulo Freire como espaço reflexivo e participativo, adequado à alfabetização de adultos. Posteriormente, passou a ser utilizado para outros tipos de ação popular baseada no método *Ver-Julgar-Agir* da Teologia da Libertação, favorecendo a discussão democrática e conscientização.

Parte do princípio de que a democracia se constrói dentro de um aprendizado que se realiza por meio de uma educação problematizadora, crítica de inserção em um mundo real. Contrapõe-se à educação bancária, depositadora de conhecimento sem reflexão, sem pergunta. Por isso, o encontro entre os que aprendem transformando o mundo em que vivem é o encontro dialógico próprio do aprendizado da libertação. Cada indivíduo, no círculo, frente a frente com os outros, vai dizendo sua palavra e ouvindo a dos demais, atento, receptivo e integrado com o que se vive e o que se pretende construir.

O diálogo é este encontro dos homens mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. Esta é a razão por que não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se

acham negados deste direito. É preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumano continue. Se é dizendo com que, “pronunciando” o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens. Por isso o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. Não é também discussão guerreira, polêmica, entre sujeitos que não aspiram a comprometer-se com a pronúncia do mundo, nem com buscar a verdade, mas com impor a sua. Porque é encontro de homens pronunciam o mundo, não deve ser doação de pronunciar uns a outros. É um ato de criação. Daí que não possa ser manhoso instrumento de que lance mão um sujeito para a conquista do outro. A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos, não a de um pelo outro. Conquista do mundo para a libertação dos homens (Freire, 1979, p.92).

O círculo de cultura faz parte do eixo metodológico que parte de uma educação como prática de libertação. Círculo quer dizer o modo como as pessoas estão sentadas fazendo a palavra “circular” por entre todas, estando cada um em pé de igualdade para falar e ouvir atentamente. Cultura, porque todos ali têm um conhecimento e uma experiência de vida, fazem parte daquele lugar; pensam, agem, criam e têm algo a dizer para os outros, contribuindo para o conhecimento coletivo e a transformação da realidade.

O círculo de cultura é coordenado por um agente externo ou interno, chamado de animador, responsável por organizar as fichas de cultura e as palavras geradoras, estímulos culturais

levantados no cotidiano geral do oprimido (ficha de cultura) e dos participantes (palavras geradoras). Estas são extraídas do universo vocabular dos participantes. São palavras que refletem a realidade opressora e o modo de vida do lugar. Servem para a problematização da vida que levam, das condições opressão e dos modos de ação para transformá-las. Aparecem combinadas a fotos ou gravuras que expressam visualmente, ligando a reflexão às condições concretas de vida dos moradores participantes.

Executando o objetivo de alfabetização, as fichas e as palavras são utilizadas, com os mesmos objetivos: a integração do grupo, o aprofundamento da consciência, a problematização da saúde, a descoberta do sujeito do mundo e o desenvolvimento comunitário.

O método educativo de Paulo Freire tem como finalidade conscientizar os oprimidos da realidade da opressão. Criticamente conscientes dela, então, serão capazes de realizarem a ação para a superação das realidades opressoras e se libertarem como sujeitos do próprio processo libertador.

O método tem, pois, nos oprimidos os sujeitos da própria libertação. A luta é, assim, deles. O importante é que lutem como homens (sujeitos) e não como “coisas” (objetos). Segundo o nosso autor, eles, os oprimidos, não podem comparecer à luta quase como “coisas”, para depois serem homens. Devem reconhecer que são homens destruídos. Somente assim serão capazes de libertarem como pessoas. Assim, pois, segundo Paulo Freire, “a luta por esta reconstrução começa no auto reconhecimento de homens destruídos”. Este reconhecimento é dado pelo método psicossocial libertador, como no-lo propõe Freire e no qual os oprimidos percebem como estão sendo, isto é, “menos” para lutarem para o que devem ser, isto é, “ser mais”, mais pessoas para realizarem a sua vocação histórica (Simões Jorge. 1981, p.27).



Os projetos que são desenvolvidos, visam o desenvolvimento comunitário, assim definido por Goes:

Vemos o desenvolvimento comunitário como prática coletiva que facilita, concentra e utiliza os esforços comunitários dentro de uma estratégia de combate à pobreza, de proteção à Natureza e de fortalecimento do poder popular. Nesse esforço de desenvolvimento, em geral, consideramos alguns aspectos-chaves: o desenho histórico e socioideológico do lugar; seu meio ambiente e sua dimensão econômica; as relações sociais e institucionais; o lazer e a cultura; o modo de vida, os símbolos e a subjetividade social e individual .

Não estamos nos referindo aqui ao desenvolvimento de comunidade preconizado em geral nas políticas públicas, cujo papel maior cabe aos agentes externos. É propriamente desenvolvimento comunitário, já que se referencia na cultura local, no potencial comunitário, na experiência acumulada, na vontade dos moradores, na atividade comunitária, na integração comunitária e na relação de cooperação entre agentes externos. Não é uma ação de fora para dentro, sem considerar fundamental a história, cultura e capacidade de agir da comunidade, nem uma ação fechada em seu interior, cabendo exclusivamente a iniciativa, controle e sentido do desenvolvimento à própria comunidade. Nem uma nem outra coisa, mesmo que, ainda hoje, a iniciativa e o rumo do desenvolvimento continuem nas mãos do governo ou de outras agências externas, como as do terceiro setor, e não nas mãos dos moradores .

Esse tipo de desenvolvimento local implica a integração de ações e a relação pedagógica entre agente externo e comunidade, evidenciando assim o papel a importância de cada interlocutor na definição do rumo e do modo de desenvolvimento apropriados à realidade do lugar, isto é, definidos e compartilhados de comum acordo. Em última instância, a palavra final é da co-

munidade no que diz respeito ao sentido do desenvolvimento e ao controle da ação. Isso implica um desenvolvimento participativo, de busca de autonomia local, de interdependência e não de dependência ao exterior da comunidade.

Reconhecemos a importância do desenvolvimento comunitário nas estratégias de desenvolvimento municipal, mas há que aperfeiçoá-lo, sobretudo quanto a compreender as comunidades, também como realidades profundamente humanas e simbólicas, com experiência acumulada e uma identidade de lugar, organizadas em torno, principalmente, da luta pela sobrevivência.

Uma preocupação que temos acerca desse desenvolvimento encontra-se, por um lado, na questão do seu planejamento, das dificuldades que um planejamento centralizado, tecnicista ou não participativo tem para alcançar resultados significativos entre a população; e por outro, na fragilidade da própria ação local, principalmente quanto à sua dificuldade em garantir de modo mais duradouro e adequado a participação social e mobilização social.

De cima para baixo, e precipitadamente, os agentes governamentais impõem normas e condições para a participação popular e a criação de estruturas associativas, com o fim de efetivar “seus projetos” e de disciplinar e controlar a liberação de recursos financeiros para moradores . Nesse caso, a comunidade se torna “institucionalizada” por esses projetos. Isso está bem em termos gerais, mas não como processo facilitador da participação e da mobilização locais, pois muitas vezes a consequência ante essa imposição é a aparência associativa, ou seja, a criação de estruturas de mobilização social de qualquer modo e às pressas, por isso, vazias de participação social representativa e resultados. Não se fortalece o sujeito coletivo, organizado, consciente. Legalizar estruturas de mobilização social, de cooperação, de produção e de representação da sociedade, em que Estado e Sociedade se confundem no âmbito local, como é o caso dos conselhos

municipais e de outras políticas públicas, requer muito cuidado político e pedagógico, para não se cometerem erros que irão transparecer no funcionamento, no processo decisório e na ausência de resultados. Essas estruturas transformam-se em lugares de reuniões burocráticas, manipuladas, esvaziadas e apáticas, de pouco valia e cheia de aparências e enganos, cumprindo unicamente uma proposição normativa e cartorial, tanto para o Governo como para própria municipalidade.

Não negamos a importância dessas políticas, programas e projetos, desde que realizados de modo pedagógico, que possibilitem a construção orgânica de estruturas de mobilização, de serviços e de produção. Assim, os recursos servirão para potencializar a comunidade e alavancar suas atividades comunitárias com base na própria realidade e problemas locais, e não para institucionalizá-la. Porém, se os recursos forem pulverizados por meio de relações fragmentadas, personalizadas ou burocratizadas com associações, cooperativas, conselhos setoriais ou lideranças locais, o dinheiro investido não atingirá seus objetivos, gerando então mais desencanto para moradores, já tão carregados de frustrações, desinformação, desesperança e fatalismo.

Por fim, o desenvolvimento comunitário, é, antes de tudo, o desenvolvimento do sujeito comunitário, ou seja, do morador que se descobre cada vez mais como sujeito socialmente crítico, afetivo, responsável e capaz de mudar seu projeto de vida que se encontra, em geral, limitado por relações de dominação e alienação, dando tanto a seu projeto de vida como ao sistema de ação histórica da comunidade um novo sentido e uma direção consciente, mais própria e apropriada ao lugar.

Segundo a Pnud (1997), "a potenciação do indivíduo é o ponto de partida da ação comunitária" (p.108). Para nós, a questão central da potenciação é a criação de condições sociopsicológicas que facilitem o desenvolvimento da consciência crítica dos

moradores. Desse modo, as estratégias de facilitação do desenvolvimento comunitário devem contemplar em sua estrutura de ação o problema objetivo da consciência como questão central em sua planificação e ação. Considerar esse problema em um plano secundário ou isolado da vida concreta dos indivíduos é um grave erro de consequências negativas tanto para os moradores como para a vida comunitária.

Por isso a importância dos movimentos populares em saúde, a organização comunitária, os grupos populares, as oficinas produtivas, os grupos de cuidados ambientais, a educação ambiental, a expressão artística, a Biodança, a dramatização, as hortas comunitárias, os círculos de cultura e de encontro, os círculos de quarteirão, o mutirão, as lutas reivindicatórias, o esporte, a cultura e o lazer. São formas concretas da ampliação e aprofundamento da prática biocêntrica na comunidade, práticas que promovem, fortalecem ou restabelecem as condições ecológicas e o desenvolvimento humano e social do lugar; favorecem a transformação da identidade de oprimido e explorado em identidade saudável de cidadão.

Fica evidente, também, que essas práticas se constituem verdadeiras interações comunitárias, por facilitarem uma abertura à práxis coletiva mediante métodos e estratégias que se assentam numa base solidária, pedagógica, conscientizadora e amorosa.

Ao não considerarem as características e potencialidades das comunidades, os programas de qualificação destinam recursos financeiros para capacitações que acabam frustrando os participantes, que acabam desistindo destas atividades, por não se considerarem capazes de transformarem suas realidades.

## REFERENCIAS

ANDRADE, Cássia Regina Xavier de Andrade – Vida Comunitária Ação-diálogo e desenvolvimento INEC – Fortaleza- 2013

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Carta de princípios (2003). Relatório II Conferência Nacional de Economia Solidária (2010). Disponível em: <[www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)>.

GOIS, Cezar Wagner de Ilma Saúde Comunitária Pensar e Fazer – Editora Hucitec – São Paulo - 2008

MENEZES, Ana Luisa Teixeira e Pinho, Ana Maria Melo A arte e a vivência na Psicologia Comunitária e na Educação Popular, Editora CRV – Curitiba – 2014